OEA/Ser.W

 CIDI/INF. 571/23

 24 outubro 2023

 Original: inglês

NOTA CONCEITUAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DO

CONSELHO InterAmericanO DE DESENVOLVIMENTO Integral (CIDI)

31 DE OUTUBRO DE 2023

**TEMA: ACELERANDO A TRANSIÇÃO PARA A ENERGIA LIMPA NAS AMÉRICAS**

1. **Antecedentes/Justificação**

As Américas, como região diversa e interconectada, acham-se no limiar de uma revolução energética. Com abundância de fontes de energia renovável – dos campos solares do Deserto do Atacama no Chile, das fazendas eólicas do Texas e das plantas geotermais da Costa Rica aos biocombustíveis do Brasil e aos enormes recursos hidroelétricos em todo o Hemisfério –, as Américas têm potencial para ser um pioneiro global na transição para a energia limpa. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a participação de fontes renováveis na matriz de eletricidade da região chegou a 61%, cifra maior que a de qualquer outra região, e quase duas vezes a média mundial, que é de 29%. No entanto, para liderar a transição global para a energia limpa são primordiais esforços concertados e coordenados.

A transição para a energia limpa representa mais do que apenas um desafio técnico – é uma oportunidade de transformação. Ao migrar para a energia limpa, os países do Hemisfério ocidental têm potencial para reduzir os piores impactos da mudança do clima, catalisando ao mesmo tempo o crescimento econômico. Por exemplo, o investimento em energia renovável pode criar até três vezes mais empregos do que o destinado aos combustíveis fósseis. Além disso, a transição promete melhores resultados em saúde pública, em virtude da redução da poluição do ar e da promoção de inovações que aumentam a competitividade global. Com a combinação certa de políticas públicas e investimentos privados, as Américas podem liderar um futuro energético sustentável, próspero e equitativo para todos os seus povos.

Os efeitos da mudança do clima são evidentes. Estima-se que, até 2050, os custos acumulados da mudança do clima na América Latina e no Caribe possam alcançar mais de $100 bilhões anualmente. Isso ressalta a crescente frequência e gravidade dos fenômenos climáticos, do aumento do nível do mar e das perturbações na agricultura, que vêm se intensificando em todas as Américas. A transição para a energia limpa, portanto, não é meramente uma questão de gestão ambiental – é um imperativo existencial. À medida que os mercados globais gradualmente se afastam dos combustíveis fósseis, os países que se atrasam na transição para a energia limpa enfrentam possíveis dificuldades econômicas, entre as quais menor competitividade, ativos encalhados de combustíveis fósseis e oportunidades perdidas em uma nova economia verde que, até 2030, poderia representar um mercado de mais de $10 trilhões globalmente.

A cooperação hemisférica é primordial, à medida que os Estados membros se empenham em acelerar a transição energética limpa, sustentável, renovável e justa nas Américas.

 **Um enfoque colaborativo da transição para a energia limpa**

Embora cada nação das Américas tenha seus desafios e oportunidades energéticos próprios, o trabalho conjunto oferece uma clara vantagem. A Parceria em Energia e Clima para as Américas (ECPA) ocupa uma posição ideal para promover essa colaboração, eliminando lacunas e catalisando esforços conjuntos. Mediante a colaboração em compatibilização de políticas, conhecimento partilhado, financiamento, empoderamento e um enfoque comum, as Américas podem acelerar a transição para a energia limpa de modo a trazer beneficiar para todos.

**Compatibilização de políticas.** Os sistemas energéticos não são isolados. Uma decisão tomada em um país pode ter consequências nos países vizinhos. Reconhecendo essa interdependência, é essencial que as nações trabalhem de maneira colaborativa. Mediante a compatibilização das políticas energéticas, os países podem criar um enfoque sinergético, maximizando os benefícios regionais e minimizando possíveis conflitos ou redundâncias.

**Conhecimento partilhado.** Considerando os diversos estágios da transição energética em toda a região, o intercâmbio de conhecimentos e experiências se torna inestimável. A colaboração assegura que esses conhecimentos sejam divulgados, adaptados e implementados em todo o Hemisfério ocidental, acelerando o ritmo da transição energética para todos.

**Financiamento.** A migração para fontes de energia mais limpa exige capital significativo. Cabe aos países encontrar maneiras de reunir recursos, atrair participações privadas e potencializar parcerias público-privadas. Por meio de colaboração nessas frentes, os países podem ter certeza de que dispõem do suporte financeiro para tornar realidade suas aspirações na área de energia limpa.

**Empoderamento.** Uma transição energética bem-sucedida não se resume a novas tecnologias; é necessário que se disponha de profissionais competentes para implementá-las. Em toda a região, há necessidade de se concentrar em programas de treinamento, certificações e iniciativas educacionais que garantam uma força de trabalho pronta para os desafios futuros do setor energético.

**Fórum em comum.** No cenário mundial, as Américas podem ter um impacto mais significativo caso apresentem uma frente unida ou um posicionamento hemisférico unificado. À medida que as discussões sobre energia limpa continuem, os países das Américas devem ter em mente o desenvolvimento de posições e estratégias coordenadas, ampliando sua voz e sua influência coletivas.

1. **Objetivo da reunião**

Essa reunião ordinária oferece uma oportunidade para o desenvolvimento de ações colaborativas, com vistas a transições nacionais efetivas para a energia limpa nas Américas. As perguntas para os Estados membros incluirão:

1. Como os Estados membros podem compatibilizar suas políticas energéticas mais efetivamente para maximizar os benefícios regionais?
2. Considerando os vários estágios da transição energética entre os países, como podem a ECPA, a Iniciativa de Energias Renováveis na América Latina e no Caribe (RELAC) ou outros mecanismos ou plataformas facilitar o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas? Como podem os Estados membros colaborar de maneira mais efetiva em iniciativas de treinamento e capacitação?
3. Que modelos ou mecanismos colaborativos podem ser instituídos para reunir recursos, atrair investimentos privados mais volumosos e potencializar parcerias público-privadas para projetos de energia limpa em toda a região?
4. Como pode a ECPA apoiar os Estados membros na constituição de uma posição regional coordenada e coesa em energia limpa, que amplie a voz coletiva de seus membros?
5. **Relevância para a SEDI**

 - Fortalecer a implementação do compromisso “Acelerando a Transição para a Energia Limpa, Sustentável, Renovável e Justa”, aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo na Nona Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles, em junho de 2022.

 - Orientar os esforços da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) na implementação do Plano Interamericano de Ação sobre Mudança do Clima 2023-2030, aprovado pelos Estados membros na Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nassau, Bahamas, em outubro de 2023.

 - Receber as contribuições dos Estados membros para a Sexta Reunião Ministerial da ECPA, a ser realizada em Punta Cana, República Dominicana, em 14 e 15 de março de 2024.

1. **Mandatos da OEA**

 Na Nona Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles, Estados Unidos da Américas, de 8 a 10 de junho de 2022, os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a “[p]romover a cooperação multilateral para aumentar o uso de todas as formas e tipos de energia renovável nos países do Hemisfério, incluindo programas como os do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), da Iniciativa de Energias Renováveis na América Latina e no Caribe (RELAC) e da Parceria em Energia e Clima das Américas (ECPA), entre outros, a fim de incluir a participação de todos os Estados, conforme apropriado.”

 A resolução AG/RES. 2955 (L-O/20) encarrega a SEDI “de continuar prestando assistência aos esforços da ECPA por apoiar os Estados membros no desenvolvimento de energia renovável e gás natural, bem como possíveis opções para construir infraestrutura energética transfronteiriça e serviços energéticos, diversificando as fontes e a distribuição geográfica, com vistas à geração de energia e à proteção das comunidades contra falhas na rede elétrica causadas por desastres.”

A resolução AG/RES. 2904 (XLVII-O/17) encarrega a Secretaria-Geral de “continuar promovendo, na medida que os recursos o permitam, o diálogo regional entre os Estados membros e entre os setores público e privado, visando a desenvolver sistemas de energia renovável e sustentável confiáveis, limpos e mais baratos, que facilitem o acesso à energia e a tecnologias e práticas de eficiência energética, e também de continuar incentivando as parcerias que promovam maior coordenação entre doadores e o acesso voluntário à informação e ao intercâmbio de conhecimentos, em termos e condições mutuamente acordados, com vistas a aplicar mais eficazmente as estratégias regionais de energia renovável”.

 A Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) confia ao Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) a promoção da cooperação entre os Estados membros da OEA, a fim de alcançar o desenvolvimento integral e, em especial, ajudar a eliminar a pobreza extrema. A Carta também encarrega o CIDI de “[p]romover, coordenar e encomendar a execução de programas e projetos de desenvolvimento aos órgãos subsidiários e organismos correspondentes, com base nas prioridades determinadas pelos Estados membros, em áreas tais como: 1) Desenvolvimento econômico e social, inclusive o comércio, o turismo, a integração e o meio ambiente”.

 O Plano Interamericano de Ação sobre Mudança do Clima 2023-2030 busca desenvolver medidas concretas e receptivas, a serem coordenadas pela SEDI, por intermédio de seu Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), trabalhando com os governos locais, as organizações internacionais e outras partes interessadas relevantes. O Plano de Ação procura, entre outros aspectos, “[p]remover a transição para a energia limpa mediante a formulação de políticas e incentivos que estimulem o investimento em tecnologias de energia renovável, desse modo acelerando a mudança para economias de baixo carbono, impulsionando o crescimento econômico sustentável e contribuindo para a luta global contra a mudança do clima.”

 Além disso, o trabalho da Secretaria-Geral da OEA deve contribuir diretamente para o apoio aos Estados membros nos esforços por cumprir o ODS 7: “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos”; bem como as metas inter-relacionadas de outros ODSs na Agenda 2030 e seus elementos transversais.

1. **Estrutura da reunião**

 Vários expositores serão convidados a abordar o tema. Os Estados membros terão a oportunidade de participar de um diálogo interativo orientado pela Presidência do CIDI.

 Após a sessão de perguntas com os expositores convidados, a Presidência solicitará às delegações que apresentem melhores práticas e informem sobre necessidades, possíveis desafios e oportunidades em relação à cooperação hemisférica nessa área.

1. **Resultados da reunião**
2. Informações dos Estados membros sobre estratégias para acelerar a transição para a energia limpa.
3. Recomendações específicas sobre estratégias de mitigação que possam ser implementadas no âmbito do Plano Interamericano de Ação sobre Mudança do Clima 2023-2030.
4. Conclusões-chave para apoiar a formulação da agenda da Sexta Reunião Ministerial da ECPA.

CIDRP03986P01